

INTERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANALISE DO CENSO ESCOLAR DE QUATRO MUNICÍPIOS PAULISTAS

LOUREIRO, Aline Dozzi Tezza
SÁ, Michele Aparecida de
SELIGARDI, Sara de Almeida

Na política educacional brasileira é observado que a interface da Educação Especial com a Educação do Campo está em construção. Portanto, investigar como essa interface vem sendo implementada no contexto das escolas do campo é de suma relevância. Assim, a proposta deste estudo foi analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso no sistema educacional de alunos com deficiência que moram no campo. Para tanto, analisamos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010 em quatro municípios paulista: São João da Boa Vista, Porto Ferreira, Itirapina e Boa Esperança do Sul. Este estudo constatou que os alunos com deficiência que moram no campo estão saindo do seu contexto social para estudarem em áreas urbanas. E, apesar de migrarem para as escolas da cidade foi verificado neste estudo que a maioria desses alunos não recebe o Atendimento Educacional Especializado, assegurado nas políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação especial; educação do campo; censo escolar

INTERFACE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANALISE DO CENSO ESCOLAR DE QUATRO MUNICÍPIOS PAULISTAS ¹

LOUREIRO, Aline Dozzi Tezza²
SÁ, Michele Aparecida de³
SELIGARDI, Sara de Almeida⁴

A proposta deste estudo é analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso no sistema educacional de alunos com deficiência que moram no campo. Para tanto, analisamos os dados oficiais da matrícula de quatro municípios paulista no período de 2008 a 2010.

As experiências educativas com pessoas com deficiência, tradicionalmente, foram marcadas pelo processo de segregação e integração. Assim, a Educação Especial nesse momento, constituiu-se como um sistema paralelo ao sistema educacional regular, sendo ofertada em instituições especializadas ou em classes especiais em escolas regulares.

No entanto, nas últimas décadas, em função dos novos anseios de movimentos sociais pelos direitos humanos, emerge a proposta de inclusão escolar para as pessoas com deficiência, ou seja, as pessoas com deficiência que por muito tempo foram educadas em espaços segregados atualmente frequentam escolares regulares.

A proposta de educação inclusiva se intensifica a partir de meados da década 1990 com a difusão da Declaração de Salamanca, considerada um dos documentos mais importantes para o atendimento às necessidades educacionais especiais no âmbito da educação comum. Essa Declaração propõe que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ter acesso às escolas regulares e relata que a escola inclusiva deve desenvolver uma pedagogia centrada na criança e adaptada as suas necessidades.

¹ Este estudo recebe financiamento da CAPES.

² Terapeuta Ocupacional, Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação da UFSCar, Integrante do grupo de pesquisas LEPEDÉ' Es UFSCar.

³ Mestre em Educação pela UFGD, Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar, Integrante do grupo de pesquisas LEPEDÉ' Es UFSCar.

⁴ Graduação em Educação Especial em andamento pela UFSCar, Integrante do grupo de pesquisas LEPEDÉ' Es UFSCar.

Neste contexto, a Educação Especial que por muito tempo se constituiu paralela ao sistema de ensino regular, está sendo obrigada a redimensionar o seu papel antes restrito ao atendimento direto dos alunos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado. (PLETSCH, FONTES, GLAT 2006, p. 03).

Observa-se que a proposta de educação inclusiva não anula a Educação Especial, está é uma idéia equivocada. Num sistema educacional inclusivo a Educação Especial fornece conhecimentos práticos, aponta metodologias, estratégias e recursos para auxiliar no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência em salas de aula regulares.

Caiado (2003, p.27) informa que “[...] a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular é um desafio político que exige organização, produção do conhecimento, reflexão da realidade, nesse sentido, a modalidade de educação especial deve ser construída, conquistada.” A autora aponta que a Educação Especial precisa ser pensada com a educação e, entende que deve ter destaque na lei ao mesmo tempo em que ganha espaço nos textos e contextos do ensino regular.

Assim, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) a Educação Especial se constitui como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), identifica as necessidades educacionais especiais, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas salas comuns do ensino regular.

Além desta política contemplar aspectos gerais para a educação escolar das pessoas com deficiência, aborda, ainda, a necessidade de se olhar a Educação Especial de modo particularizado para diferentes comunidades. Assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o primeiro documento que trata da interface da Educação Especial com a Educação do Campo⁵:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos

⁵ Educação do campo destina-se à população rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Tem como objetivo a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. Assim como, estar vinculada às peculiaridades da vida rural de cada região do país. (BRASIL, 1996; 2008b)

construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p. 17).

Com base nesse documento, verifica-se que a Educação Especial na Educação do Campo apresenta contextos sociais, culturais e econômicos que diferem do contexto urbano. Assim, existe a necessidade na prática da Educação Especial estar presente nas escolas do campo, pois dessa forma poderá respeitar o contexto histórico dos alunos com deficiência moradores no campo.

Diante deste contexto, torna-se necessário investigar por meio indicadores sociais (no caso deste estudo o censo escolar) se os alunos com deficiência que moram no campo frequentam as escolas do campo.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para a análise dos indicadores sociais sobre o acesso à educação de pessoas com deficiência que moram no campo, consideramos o conceito de Indicador Social apresentado por Jannuzzi (2006, p.15):

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Cabe destacar que os Indicadores Sociais são construídos a partir de estatísticas públicas tais como: dados censitários, registros administrativos e estimativas amostrais. Porém, o que diferencia a estatística pública do indicador social “[...] é o conteúdo informacional presente, isto é, o valor contextual da informação disponível neste último” (JANNUZZI, 2006, p. 16).

Para este estudo utilizaremos indicadores educacionais, os quais são construídos desde a década de 1980 a partir da base de dados dos Censos Escolares. Estes se configuram como um levantamento anual de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coleta é feita em todas as escolas públicas e privadas do país, responsáveis pelo preenchimento de um formulário padronizado e disponível no sistema *on-line* Educacenso. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação básica, que abrange suas diferentes etapas e modalidades, coleta dados sobre

estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (INEP, 2009).

Para análise das alterações quantitativas referentes ao acesso no sistema educacional de alunos com deficiência que moram no campo, delimitamos os seguintes municípios paulista: São João da Boa Vista, Porto Ferreira, Itirapina e Boa Esperança do Sul.

A escolha por esses municípios ocorreu em virtude dos mesmos pertencerem a região de abrangência do município-pólo de São Carlos e terem os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH entre: maior índice, índice mediano e baixo índice, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1

Municípios Paulistas - IDH

Municípios estudados IDH Índice

São João da Boa Vista 0,843 Maior

Porto Ferreira 0,802 Médio

Itirapina 0,783 Médio

Boa Esperança do Sul 0,755 Baixo

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – São Carlos, 2011

Para análises pretendidas nesses municípios, delimitamos:

Temática social de interesse: acesso à educação de alunos com deficiência que moram no campo.

Dimensão operacional de interesse:

2.1 Indicador social I: matrícula de alunos com deficiência

a) localização da escola (rural ou urbana);

b) modalidade de ensino;

- c) dependência administrativa;
- d) atendimento educacional especializado.

Esses dados foram coletados por meio dos Microdados do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010. A escolha por esse recorte temporal justifica-se por dois motivos: 1) até 2006 a unidade básica do censo escolar era a escola, a partir de 2007, o censo adota o aluno como unidade básica de coleta, incluindo além dos dados gerais sobre a escola, informações específicas sobre cada aluno, cada professor regente e cada turma. Observa-se que esta nova forma de coleta de dados possibilita recolher um número maior de informações de cada aluno; 2) no ano de 2008 foi criada a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual reconheceu a interface da Educação Especial com as Escolas do Campo.

Cabe destacar que para coletar esses dados do banco de dados foi utilizado o programa SPSS versão 17.0

DISCUSSÃO DOS DADOS

Apesar dos dados censitários serem criticados e considerados limitados, não podemos desconsiderar que eles são determinantes na elaboração de políticas públicas educacionais, inclusive para as pessoas com deficiência. Mesmo tendo limites esses dados podem revelar as alterações quantitativas referentes ao acesso no sistema educacional de alunos com deficiência que moram no campo.

Tomando como referência os Microdados da Educação Básica coletados pelo INEP no período de 2008 a 2010, analisamos os dados de matrículas de alunos com deficiência que moram no campo segundo: localização da escola (rural ou urbana); modalidade de ensino (Ensino Regular, Educação Especial, EJA)⁶; dependência administrativa; atendimento educacional especializado.

A tabela II apresenta os dados de matrículas na Educação Especial de alunos com deficiência que moram e estudam no campo.

⁶ Nos microdados são consideradas modalidades de ensino: Ensino Regular, Educação Especial e EJA

Tabela II

Número de matrículas na Educação Especial de alunos com moram e estudam no Campo - 2008 a 2010

Municípios estudados Número de Matrículas por Ano

2008 2009 2010

São João da Boa Vista 3 6 3

Porto Ferreira 0 0 0

Itirapina 0 0 0

Boa Esperança do Sul 0 0 0

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2008, 2009 e 2010

Dos quatro municípios estudados apenas São João da Boa Vista possui alunos com deficiência matriculados na Educação Especial em escolas do campo. Observa-se também que neste município teve um decréscimo do número de matrículas quando comparamos os anos de 2009 e 2010.

Apesar dos municípios de Porto Ferreira, Itirapina e Boa Esperança do Sul não terem alunos da Educação Especial que moram e estudam no campo, esses municípios possuem alunos com deficiência que vivem no campo.

Na tabela III, pode-se visualizar dados de matrículas da Educação Especial de alunos com deficiência que vivem no campo e estudam na cidade.

Tabela III

Número de matrículas na Educação Especial de alunos com moram no Campo e estudam na Cidade - 2008 a 2010

Municípios estudados Número de Matrículas por Ano

2008 2009 2010

São João da Boa Vista 42 80 83

Porto Ferreira 6 6 4

Itirapina 12 18 14

Boa Esperança do Sul 2 4 2

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2008, 2009 e 2010

Quando comparados os dados da tabela II com a tabela III, verifica-se que no município de São João da Boa Vista teve aumento do número de matrículas de alunos com deficiência que vivem no campo e foram estudar na cidade e, ao mesmo tempo teve diminuição do número de matrículas de alunos com deficiência que moram e estudam no campo.

Neste cenário é observado que os alunos com deficiência desses municípios estão migrando para escolas urbanas. Porém, estes não são casos isolados, quando cotejado esses dados aos do estado de São Paulo verifica-se também que no estado teve diminuição do número de matrículas de alunos da Educação Especial que vivem e estudam no campo, no ano de 2008 o estado possuía 74 matrículas, no entanto, em 2010 esse número reduziu para 58.

Enquanto isso, o direito dos alunos com deficiência de estudarem em escolas próximos as suas casas, sugerido pela Declaração de Salamanca (a qual o Brasil é signatário) fica negligenciado.

Com relação a modalidade de ensino que os alunos estão matriculados, na tabela IV são apresentados esses dados:

Tabela IV

Matrículas de alunos com deficiência que moram no campo e estudam na cidade por
Modalidade de Ensino - 2008 e 2010

Municípios estudados Ano Modalidade de Ensino

Ensino Regular Educação Especial EJA

São João da Boa Vista 2008 26 11 0

2010 48 23 0

Porto Ferreira 2008 1 3 0

2010 1 4 0

Itirapina 2008 4 2 0

2010 8 3 0

Boa Esperança do Sul 2008 2 0 0

2010 2 0 0

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2008, 2009 e 2010

Dos municípios estudados, em três deles os alunos com deficiência que moram no campo estão matriculados, em sua maioria, no Ensino Regular. Porém, apenas no município de Porto Ferreira a maior parte desses alunos frequenta a modalidade de Educação Especial.

Cabe destacar que nos municípios de São João da Boa Vista e Itirapina o número de matrículas no Ensino Regular de alunos com deficiência que vive no campo praticamente dobrou de 2008 para 2010. Isto pode ter ocorrido devido a criação de políticas inclusivas que recomendam a entrada de alunos com deficiência nas escolares regulares terem sido criadas em 2008, este é o caso da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Outro fato observado nos municípios estudados é que os alunos com deficiência que moram no campo ainda não frequentam a modalidade de ensino da EJA. No entanto, estudos de Meletti e Bueno (2010) sobre a situação das matrículas do alunado da Educação Especial no Brasil apontam o crescimento do número matrículas de alunos com deficiência na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, resultado este oposto aos achados deste estudo.

A tabela V apresenta os dados de matrículas referentes à dependência administrativa.

Tabela V - Matrículas de alunos com deficiência que moram no campo e estudam na cidade por dependência administrativa

Matrículas de alunos com deficiência que moram no campo e estudam na cidade por dependência administrativa

Municípios estudados	Ano	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado

		Federal	Estadual	Municipal	Privado
--	--	----------------	-----------------	------------------	----------------

São João da Boa Vista	2008	---	15	11	11
-----------------------	------	-----	----	----	----

	2010	----	55	05	23
--	------	------	----	----	----

Porto Ferreira	2008	----	02	03	----
-------------------	------	------	----	----	------

	2010	----	----	03	02
--	------	------	------	----	----

Itirapina	2008	----	01	03	02
-----------	------	------	----	----	----

	2010	----	06	02	03
--	------	------	----	----	----

Boa Esperança do Sul	2008	----	----	02	----
----------------------------	------	------	------	----	------

	2010	----	----	02	----
--	------	------	------	----	------

Fonte: Microdados do censo escolar da Educação Básica

Destaca-se que no município de São João da Boa Vista, especificamente nas escolas da rede municipal existiam em 2008 matrículas de 11 alunos com deficiência que moravam no campo e estudavam na cidade. No entanto, no ano de 2010 houve um decréscimo desse número, foram encontradas apenas 5 matrículas. Em contrapartida o número de matrículas nas escolas estaduais praticamente triplicou. A mesma situação acontece no município de Itirapina, houve aumento nas escolas estaduais de alunos com deficiência e diminuição nas escolas municipais.

Esses achados se contrapõem aos resultados do estudo de Prieto (2001), a qual revela que:

A municipalização do ensino fundamental, principalmente após 1995, é o eixo central da política educacional brasileira. Nessa direção, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) vem defendendo que o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser assumido pelas prefeituras, que deverão investir para que suas escolas contemplem a diversidade humana, inclusive organizando recursos educacionais especiais que garantam a aprendizagem e

o desenvolvimento de toda a demanda escolar que depende dessa educação especial (PRIETO, 2001, p. 01).

A autora aponta ainda que os dados oficiais, divulgados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), que retratam a expansão das matrículas na educação especial por dependência administrativa entre 1988 e 1998, mostram que o maior aumento percentual de atendimentos educacionais de alunos com deficiência deu-se na esfera municipal. No entanto, nos municípios estudados as matrículas aumentaram na esfera estadual.

Com relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), apenas em um município é ofertado esse tipo de atendimento nos anos estudados (2008-2010)⁷, este é o caso do município de São João da Boa Vista. Na tabela a seguir, pode-se visualizar o número de matrículas dos alunos que recebem AEE.

Tabela VI - Matrículas de alunos com deficiência que recebe AEE

Tabela VI

Matrículas de alunos com deficiência que recebe AEE no município de São João da Boa Vista - 2009 e 2010

Município Estudado Localização Residencial X Localização da Escola Ano

2009 2010

São João da Boa Vista Mora no Campo e Estuda no Campo 0 0

Mora no Campo e Estuda na Cidade 17 14

⁷ Informação extraída na secretaria de ensino do município de Porto Ferreira revelam que esse tipo de atendimento começou a ser disponibilizado pelo município a partir de 2011.

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados, 2008, 2009 e 2010

No município de São João da Boa Vista, de modo geral, é observado que nem todos os alunos com deficiência recebem AEE. Dos 83 alunos com deficiência que moram no campo e estudam na cidade apenas 14 recebem AEE nas escolas urbanas. Porém, os três alunos com deficiência que moram e estudam no campo freqüentam as escolas rurais sem receber nenhum tipo de atendimento especializado.

Cabe destacar, que o atendimento educacional especializado é um direito assegurado em diversas legislações e documentos. A CF/1988, garante à oferta do Atendimento Educacional Especializado as pessoas com deficiência preferencial no ensino regular (Art. 208). A LDB/1996 também assegura o atendimento educacional às pessoas com deficiência.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) atribui responsabilidade ao poder público quanto: a efetivação do Atendimento Educacional Especializado. Pontua-se que essa Política regulamentada pelo Decreto n.6.571, de 17/09/2008 e normatizada pelo Parecer 13/2009 CNE/CEB e pela Resolução n.4 de 02/10/2009 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Apesar de garantido legalmente o AEE, os alunos com deficiência ainda estão privados desse direito. Tal fato torna-se mais agravante quando trazemos para a discussão os alunos com deficiência que moram no campo, na prática, muito pouco tem se visto dos desenvolvimentos das políticas para implementar ações para efetivar o direito a educação de qualidade para esses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu demonstrar por meio do número de matrículas divulgadas pelo censo escolar como esta ocorrendo à interface entre a Educação Especial nas escolas do campo. No entanto, constatamos que esta interface ainda não foi construída apesar das políticas terem evoluído nas últimas décadas.

A questão central é que apenas os dispositivos legais que asseguram o direito dos alunos do campo estudarem em escolas próximas a suas casas não garantem o direito real dos estudantes do campo com deficiência terem acesso e permanências nas escolas rurais.

Este estudo constatou que os alunos com deficiência que moram no campo estão saindo do seu contexto social para estudarem em áreas urbanas. E, apesar de migrarem para as escolas da cidade foi verificado neste estudo que a maioria desses alunos não recebe o Atendimento Educacional Especializado, assegurado nas políticas educacionais.

Entendemos que o direito a educação dos alunos com deficiência que moram no campo está inserido e voltado ao seu contexto social e histórico. Assim, a efetivação do direito à educação e a inclusão educacional desses alunos apenas será efetivada a partir do momento que forem educados onde vivem e a Educação Especial for pensada considerando a participação desses alunos, sua cultura e as relações sociais e econômicas da comunidade a qual pertencem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília DF: Senado, 1999.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 248, 23 de dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008b. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: [HTTP://www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) Acesso em: 20 jul. 2011.

_____. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. *Dispõe sobre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, 2007.

_____. Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.* Brasília, DF, 2008.

_____. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educacionais especiais.* Tradução: Edílson Alkmim da Cunha. 2. ed - Brasília: CORDE, 1997.

_____. *Decreto 6949*, de 25 de agosto de 2009. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm.
Acesso em: 01 Out 2009.

CAIADO, K. R. M. *Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos.* Campinas: Autores Associados, 2003.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.* Campinas: Editora Alínea/PUC-Campinas, 141 p. 2006.

MELETTI, S. M. F. BUENO, J. G. S. Escolarização de alunos com deficiência: Uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). In: Encontro Interinstitucional de Pesquisa: Políticas públicas e escolarização de alunos com deficiência. 2010, Londrina. *Anais Encontro Interinstitucional de Pesquisa*, 2010. p. 01-18.

PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S.; GLAT, R. O Papel Da Educação Especial No Processo De Inclusão Escolar: A Experiência Da Rede Municipal De Educação Do Rio De Janeiro. In: 29ª Reunião Anual da Anped - Educação, Cultura e conhecimento na contemporaneidade - desafios e compromissos. 29, 2006, Caxambu. *Anais 29ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu: ANPED, 2006.

PRIETO, R. G. *A construção de políticas públicas de educação para todos.* Palestra apresentada para o Curso de Capacitação para Educadores da Rede Municipal de Ensino de São Carlos/SP, 2001.